

*Lélia Vasconcellos*

## Cinco Questões Sobre o Movimento Moderno no Ensino de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

### Resumo

Esse trabalho trata da discussão sobre o ensino da Teoria e História do Urbanismo no que concerne ao movimento moderno de arquitetura. Situa a preocupação quanto ao possível estranhamento, por parte dos estudantes, do termo moderno, pois se trata de um movimento em parte esgotado, não só quanto ao seu vocabulário formal como também quanto às concepções apresentadas sobre a organização da cidade.

O texto enuncia cinco questões principais identificadas na prática de ensino, levantando itens como: a de uma melhor definição dos conceitos sobre moderno, modernidade e modernismo; da necessidade de uma contextualização, associando teoria com a História; da associação entre teoria e prática; da necessidade de se discutir os pressupostos do movimento enquanto uma nova utopia; e finalmente, da necessidade de uma crítica mais dialética para o aprofundamento da reflexão teórica do tema.

No final do texto encontra-se uma agenda para um programa de ensino, em que se procura abordar as questões acima apresentadas de forma a serem estas partes dos tópicos necessários à compreensão e reflexão crítica sobre o movimento moderno.

### Texto Principal

O conhecido “movimento moderno de arquitetura” tem suas origens nas primeiras décadas do corrente século. Curiosamente esse movimento, quando legitimado, através de congressos realizados, não incluía o termo urbanismo, estando este implícito na definição dos princípios propostos por esse movimento. Entre os eventos realizados, destaca-se o IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1933) (1), que deu origem à Carta de Atenas, documento que prescreveu a distribuição das funções e respectivo zoneamento da cidade. Esse mesmo documento prescreveu também os procedimentos a tomar quanto aos monumentos a serem preservados. Os princípios propostos vieram a consagrar uma nova concepção do edifício e

da organização da cidade. Essa nova concepção só veio a ser questionada muitas décadas depois, quando os resultados práticos evidenciaram que tais princípios não corresponderam exatamente aos ideais previstos nos referidos documentos.

No limiar do século XXI, onde o “pós-moderno”, termo que se origina no campo da arquitetura (Harvey,1990), é mister refletir sobre o que de fato se define como o movimento moderno de arquitetura, principalmente quando se trata de matéria para o ensino nos cursos de graduação de arquitetura e urbanismo. Professores e profissionais muitas vezes não se dão conta do estranhamento que tal definição possa provocar nos estudantes. “Arquitetura moderna” ainda é moderna no final do século? A cidade contemporânea seria a cidade moderna? Como apresentar o conceito de “moderno” no final do século XX, levando em conta que a faixa etária média dos estudantes de arquitetura e urbanismo encontra-se entre os 18 e 25 anos e portanto, pouco ou nada conhecem a respeito de tal movimento, sendo esse mesmo atualmente questionado em vários de seus postulados?

Ainda que a “arquitetura moderna”, no sentido que conhecemos, seja de ampla divulgação e tenha adquirido identidade em sua expressão arquitetônica, diferenciando-se dos demais estilos, ao leigo, ou ao principiante na matéria, pode parecer estranho. E se tal estranheza não emergir, é preciso identificar o porque...

Na realidade, o movimento moderno de arquitetura já se encontra circunscrito num período específico. Se sua consagração se deu em 1929, com a realização do I CIAM, seu fim, segundo Charles Jencks, foi determinado pela implosão de um conjunto habitacional americano. David Harvey”(1990), refere-se a Jencks, quando este aponta o fim simbólico do modernismo com a implosão do referido conjunto de Pruitt-Igoe em 1972, localizado em St. Louis, EUA, por ter sido considerado inabitável. O conjunto havia sido premiado como exemplo de realização de uma obra nos moldes modernistas. Jencks, em seu livro “*The language of post-modern architecture*” (1984), precisa exatamente o dia e a hora em que tal implosão se deu, indicando ser esta um marco na dissolução dos dogmas até então supostos ideais para a configuração espacial da cidade moderna.

Essa questão torna-se mais complexa quando passamos da edificação à cidade. Ainda que no 3º mundo não exista um passado tão longo quanto nos países europeus, já convivem em suas cidades, tecidos urbanos de várias épocas. A incorporação dos diversos elementos que compõem o novo vocabulário arquitetônico das edificações, bem como novos elementos da forma urbana, não constituem um único tecido nas cidades existentes. O fenômeno da verticalização; a construção de edifícios sob pilotis e fachadas sem ornatos; a substituição da “rua corredor” (Benévolo, 1983) por novas implantações de prédios em centro de terreno; as superquadras ou condomínios fechados e a conseqüente eliminação dos lotes, não estão necessariamente presentes de forma homogênea, convivendo quase sempre com antigas estruturas.

Levando em conta a dinâmica da cidade, muitas dessas estruturas permanecem, não por uma ação de preservação, mas simplesmente por inércia, por processos que podem ser explicados por várias abordagens: das políticas urbanas à regulação do mercado imobiliário ou mesmo de questões socioeconômicas que se rebatem nos processos de exclusão, sucessão e segregação espaciais. Fica a questão: como explicar a cidade “moderna” dentro daquilo que se conceituou como “movimento moderno de arquitetura”? Como identificar tais elementos no espaço da cidade?

Conceituar sobre o significado do termo “moderno” e do movimento que lhe deu o nome, traz uma segunda questão para a prática do ensino de Teoria e História. Seria possível falar de “arquitetura e urbanismo modernos”, ou seria melhor chamá-los de “modernistas”? Que teorias apresentar, se efetivamente o movimento moderno tem uma delimitação no tempo (1929-1972, cic), muito menor portanto do que pretendiam os princípios que o embasaram?

Esse pressuposto envolve certamente a discussão dos próprios conceitos acima enunciados, ou seja, o que é o “moderno”, o que é “modernidade” e o que se denominou como “modernista”. Tal discussão traz a necessidade de se passar de uma análise meramente espacial para entrar na esfera do tempo e do contexto histórico onde tais produções se deram.

Moderno significa novo, atual. Sendo assim, em todas as épocas existiu algo moderno. A modernidade representa a qualidade de ser moderno (2). Mas o movimento moderno de arquitetura colocou algo mais no significado de moderno: este passou a ser entendido como tudo que viesse trazer alguma contribuição original. Pretendia mais: as propostas então inovadoras deveriam ser sempre modernas: configurava-se assim uma proposta de “eternizar” o tempo....

A confusão dessa nomenclatura parece se prolongar na atualidade, quando, na década de 1970 alguns autores trazem a proposta de uma revisão crítica dos conceitos de arquitetura moderna e para tanto surge o termo “pós-moderno” (Jencks, *ibid*). O termo, hoje consagrado, serve para tentar explicar o tempo atual, as mudanças paradigmáticas da economia; das atitudes e condutas da sociedade; das mudanças no ritmo e das novas relações espaço-tempo. Curiosamente, dos “tempos modernos”, tão bem ilustrado por Chaplin, passamos a viver os tempos “pós-modernos”. Ou seja: “pós atual”, se formos ao significado corrente do termo. Parece que a modernidade chegou ao século XX com tal força, que atualmente não somos mais modernos, somos algo além do moderno, quem sabe seremos um futuro eterno....

A questão que se coloca, quando se pretende uma discussão sobre os referidos termos - moderno, modernidade, modernismo - é como, e até que ponto é possível aprofundar a complexidade que tais conceitos envolvem dentro do ensino da graduação ?

A terceira questão seria pensar o porquê da mudança do próprio nome da matéria proposta para o ensino: Teoria e História. Não cabe aqui fazer um levantamento de como essa matéria tem sido nomeada nos diversos currículos universitários no Brasil, mas é mister ressaltar uma mudança da própria concepção do ensino desses dois campos de conhecimento. Ao invés das

teorias de arquitetura, juntaram-se os conteúdos da História. É possível afirmar que não tem mais sentido confundir a matéria de Teoria com o ensino da teoria dos programas de arquitetura das edificações ou das suas respectivas tecnologias de construção; ou ainda, de modelos ideais de cidade, sem muitas vezes analisar os seus resultados.

Essa forma de ensinar Teoria sugere um certo eco em uma das tendências do movimento moderno, ou seja, a produção de um espaço “a-histórico”. A proposta de uma “arquitetura internacional”, ou de modelos de cidades aplicáveis em qualquer território; o discurso enunciado nos planos de renovação, o qual sugeria a destruição de tecidos inteiros das cidades para a substituição de novas estruturas, fazia com que o registro do passado, salvo exceções, fosse muitas vezes apagado. A inserção dos conceitos de cultura e memória, passaram a ser felizmente ressaltados, depois de uma revisão dos novos documentos elaborados sobre a preservação do patrimônio ambiental e construído. A mudança foi sem dúvida saudável, pois no campo da arquitetura e do urbanismo não se pode desprezar o contexto em que estes se inserem no espaço. É possível afirmar que trazer à tona a história do lugar fez com que a própria forma de trabalhar as teorias viesse a demandar sua contextualização histórica.

A quarta questão trata da associação entre teoria e prática. Se arquitetura e urbanismo pressupõem o estudo da construção da cidade, é possível afirmar a interdependência entre ambas. Nesse sentido, a reflexão sobre a análise de projetos para novas cidades, bem como das intervenções em cidades existentes, não pode deixar de fazer parte no elenco do ensino teórico. Em relação ao movimento moderno de arquitetura, cabe um “vôo” sobre as novas utopias urbanas, pois a crítica à sociedade contemporânea e todas as suas implicações, geraram, de certa forma, novas utopias (3). Na realidade, o discurso implícito do referido movimento parece preconizar que a arquitetura e urbanismo modernos (ou modernistas), desde que trouxessem as inovações enunciadas, resultariam em soluções para os problemas antes não resolvidos. Evidentemente faz-se mais uma vez necessário o conhecimento da História para que a reflexão teórica faça sentido. Ou seja: de como a utopia transformou-se numa nova teoria e de como esta foi praticada dentro do seu contexto.

Ainda na discussão entre teoria e prática, é preciso ressaltar que se por um lado o ensino da Teoria hoje não mais se limita à discussão dos programas arquitetônicos, a perda do vínculo das disciplinas teóricas com as práticas pode vir a gerar um descompasso entre aquilo que se procura informar e aquilo que se procura exercitar na prática de projeto. Nesse sentido, a discussão dos projetos de arquitetura e urbanismo podem e devem estar presentes na reflexão proposta ao ensino de Teoria e História - o que raramente acontece.

Postas as questões de definição dos conceitos de moderno, modernidade e modernismo; da necessária associação entre Teoria e História e entre Teoria e Prática, é possível delinear a questão principal cujos ingredientes pautam-se nas questões acima referidas.

Numa breve análise com base na experiência e na observação do ensino dessa matéria, pode-se apontar genericamente duas tendências:

1 - A da apresentação da produção da “arquitetura e urbanismo modernos” (ou “modernistas”) exaltando as inovações tecnológicas e espaciais - nessa tendência destacam-se a exemplificação de edifícios monumentais, grandes conjuntos arquitetônicos, obras viárias, conjuntos habitacionais e planos urbanísticos para as “novas cidades dos tempos modernos”. Ou seja, todos os ingredientes teóricos contidos nos dogmas do movimento moderno são apresentados, sem porém se discutir seu conteúdo crítico. Não seria absurdo afirmar que essa forma de ensino persistiu durante décadas.

2 - a outra tendência, que aparece em seqüência, seria a crítica ao movimento moderno, condenando todos os princípios por este enunciado. Verifica-se, a partir da década de 1960 uma vasta difusão de literatura crítica, contestando os dogmas desse movimento, , até então indiscutíveis. Nessa seara vem a reboque a inserção das questões econômicas e socioculturais da cidade, dos estudos sobre a percepção ambiental e sobre a imagem urbana (4), da preservação do meio ambiente e do patrimônio construído; da morfologia e dos seus significados simbólicos trazidos da semiótica. Todos esses campos passam a ser matéria obrigatória nos conteúdos teóricos das disciplinas. Como pano de fundo, os dogmas do movimento moderno, antes irrepreensíveis, passam a ser questionados.

Aqui se enuncia uma nova e última questão: nas duas tendências, muitas vezes a segunda substitui a primeira, ou seja: tudo que antes era a única verdade passa a ser uma grande mentira. Há um grande risco da crítica sem dialética; o exercício crítico deveria ser implícito no ensino, e evidencia-se uma grande dificuldade desse não ser tendencioso. Essa questão talvez seja a mais delicada, pois o exercício crítico não é habitual na formação que antecede o ingresso dos estudantes à universidade. Num mundo onde o pragmatismo parece ser cada vez mais ressaltado, o exercício de reflexão parece estar se perdendo. A informação chega cada vez mais rápida, com a crescente difusão do conhecimento através da mídia e da informática. Mas o tempo para assimilá-la não dá espaço para considerações mais aprofundadas.

Junto com o avanço da ciência e tecnologia, o quadro de miséria dos assentamentos humanos é cada vez mais precário; as questões ambientais cada vez mais relevantes. A compreensão de tais problemas e o grau de responsabilidade dos novos construtores das cidades não parece entretanto ser aprofundado no ensino da Teoria e História.

As experiências recentes no planejamento das cidades; dos novos programas de urbanização e transformação dos espaços públicos merecem no entanto uma reflexão crítica tão útil quanto a já feita então com o objetivo de demolir os dogmas do movimento moderno. Autores surgidos a

partir da década de 1960, traziam na sua crítica a proposta ao resgate da rua e dos demais espaços públicos (5). Esse discurso, porém, parece estar sendo apropriado pelos novos programas de intervenção na cidade, justificando tais intervenções. O que se constata porém é uma tendência a esses novos projetos estarem novamente envolvidos em propostas idealizadas: espaços como shoppings, condomínios exclusivos, parques temáticos e outros tantos, parecem indicar que a distinção entre espaço público e privado não é mais tão simples. Não basta eliminar viadutos ou trazer uma linguagem “revival” nas edificações; criar ruas de pedestres ou propor novas formas de paisagismo para áreas de lazer - para justificar a quebra da “monotonia e rigidez” da arquitetura resultante dos dogmas do movimento moderno. A privatização dos espaços ditos públicos torna o acesso à população de menor poder aquisitivo cada vez mais difícil. O que se verifica é uma “elitização” desses espaços.

Refletir sobre as práticas atuais, sem que com isso seja preciso demolir o passado recente para não mais se incorrer no erro (?) das práticas anteriormente realizadas, faz-se urgente. Fica porém a pergunta: seria possível o arquiteto-urbanista parar de projetar novas utopias? Ou seriam estas inerentes ao próprio exercício desse profissional?

## Uma agenda para o ensino do movimento moderno

As questões levantadas tornam possível delinear alguns tópicos para a inserção no ensino da Teoria e História sobre o “movimento moderno de arquitetura”:

- a) a produção resultante do movimento moderno, seus pressupostos e suas inovações tecnológicas e formais - o conhecimento de seus princípios, seus pressupostos teóricos e técnicos, deram origem a novas formas espaciais, às novas organizações territoriais. Conhecer sua produção faz-se necessário para uma avaliação mais aprofundada; não se pode fazer nenhuma reflexão crítica sem o conhecimento de seu objeto. Isto parece óbvio... mas não tanto, pois muitas vezes a crítica não transparece, apenas a informação sobre os fatos;
- b) a análise crítica dos conceitos de moderno, modernidade e modernismo - a discussão remete-se à questão levantada sobre o entendimento desses conceitos e da definição das terminologias do que seja moderno, modernista, modernidade, dentro do contexto histórico o qual se insere tal movimento;
- c) a ideologia implícita no discurso do movimento moderno (ou modernista) - ao se discutir tal tema, uma outra questão teórica se abre, ampla e complexa. É importante fazer o recorte

necessário para que este venha a caber no “formato” de um curso de graduação; deixar porém de discutir o cunho ideológico implícito nos princípios do movimento moderno, seria pôr abaixo tudo o que foi até agora discutido nesse trabalho;

- d) a discussão sobre as utopias, já que o discurso não correspondeu às práticas - essa questão vem também no bojo dos tópicos acima enunciados; a crítica aos resultados traz em si a constatação de que o movimento moderno constituiu-se em parte de novas utopias. O estudo das utopias porém transcende de muito o período do movimento moderno: suas origens podem ser encontradas na Grécia antiga, com os ideais de cidade apresentados por Platão e Aristóteles, retomados por More, na Renascença (6) Evidentemente, só com a inserção do estudo da História faz possível o aprofundamento do real significado das utopias urbanas e de como muitas vezes elas serviram para a idealização de novos projetos para as cidades;
- e) o estudo da cidade contemporânea, sua fragmentação, seus diferentes tecidos e edificações de várias idades - a inserção de um edifício ou de conjuntos edificados, bem como de outros elementos estruturadores da forma urbana, tais como viadutos, trevos, passarelas, mobiliário urbano etc , precisam ser analisados no seu conjunto. Evidentemente a questão formal não é a única, mas é preciso identificá-la. Compreender os “comos” e os “porques” da inserção deste ou daquele elemento na cidade consiste não só na análise formal de tal elemento, mas de todo o contexto em que este foi construído: novamente a História e o entendimento dos conteúdos ideológicos, políticos , socio-econômicos e culturais deverão estar presentes;
- f) o que preservar dessa produção - ou seja, se o que foi construído dentro de uma “linguagem” identificável como “moderna” (ou modernista) deverá ser preservado. Como exemplo pode-se discutir o caso de Brasília. seu plano piloto já foi tombado. A nova capital é considerada um paradigma da cidade modernista. E as demais construções modernistas? O que preservar em termos da dita “arquitetura moderna” nas cidades existentes? Obviamente, tal discussão pode não estar tão somente contida no ensino da Teoria e História, mas se considerarmos que ela permeia a da cidade contemporânea, é mister apontá-la.

Por último, deve-se enfatizar duas das questões já discutidas ao longo do trabalho. A primeira refere-se à necessidade de se ter sempre em pauta a relação entre teoria e prática. Esta vem

implícita na natureza de todos os tópicos acima apresentados. A outra é a do exercício crítico quanto às produções realizadas pelo movimento moderno na educação do novo arquiteto-urbanista. O exercício da crítica evidencia-se fundamental; para tanto é preciso discutir sem preconceitos a informação e os tópicos acima questionados – a meu ver, todos importantes e fundamentais.

## Bibliografia

- BENÉVOLO, Leonardo. Historia da Cidade. São Paulo, Perspectiva, 1983  
BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil, Perspectiva, São Paulo, 1981  
CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades – uma antologia. São Paulo, Perspectiva, 1985  
HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.  
HOLSTON, James. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, Companhia das Letras, 1993  
PEHNT, Wolfgang et alli. Encyclopedia of Modern Architecture. Harvey N.Abrams, Inc, Publishers, New York, 1964

## Currículo

Lélia Vasconcellos

Arquiteta urbanista, FAU - UFRJ, 1967; Mestre em Desenho Urbano, Oxford Brookes University, Grã Bretanha, 1980; Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas, FAU - USP São Paulo, 1997; Professora e pesquisadora da EAU –UFF

## Endereço para correspondência

Rua Professor Saldanha, 154 apto 101

Jardim Botânico - Rio de Janeiro

CEP 22461-220

Telefone: 266 39961 Celular:96065662

e-mail: [lemv@ccard.com.br](mailto:lemv@ccard.com.br) ou [lemv@connection.com.br](mailto:lemv@connection.com.br)

---

## Notas

- <sup>1</sup> O 1º Congresso de Arquitetura Moderna foi realizado em 1928, onde, a arquitetura moderna passou a ser legitimada; a partir desse evento, novos CIAMs foram realizados, entre eles o mencionado no corpo do texto, o qual resultou no documento conhecido como Carta de Atenas. (ver sobre isso Encyclopedia of Modern Architecture, 1964)

<sup>2</sup> Definições retiradas do Novo Dicionário Aurélio, de Aurélio Buarque de Holanda

<sup>3</sup> “...*Por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia...*” - a citação é de F. Choay, do livro *Urbanismo – Utopias e Realidades*, ed. Perspectiva, 1965, quando a autora propõe a classificação de dois modelos básicos para analisar as principais propostas de idealização de cidades que passaram a surgir no século XIX com o advento da revolução industrial. Esses dois modelos - o progressismo e o culturalismo- servirão - também para a análise das propostas do urbanismo moderno, inaugurado no século XX.

<sup>4</sup> Entre os vários títulos que abordam a perspectiva da construção de uma imagem urbana apreendida pelos moradores e usuários da cidade, destaca-se “*A Imagem da Cidade*”, de K.Lynch, bibliografia utilizada com grande frequência nos cursos de arquitetura e urbanismo.

<sup>5</sup> Seria impossível a listagem completa de autores que se dedicaram à crítica do movimento moderno de arquitetura: Colocam-se aqui em destaque as obras de Jane Jacobs, Françoise Choay, Kevin Lynch, Aldo Rossi, Christopher Alexander entre tantos outros; no Brasil há também contribuições valiosas, entre elas os trabalhos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

<sup>6</sup> Refiro-me às concepções ideais de Platão enunciadas na sua obra – *Diálogos* e de Aristóteles, em sua obra de *Política*; mais tarde, na Renascença surge Thomas More, com sua ilha da *Utopia*; esta obra ficou tão famosa na época que o nome *utopia* passou a significar toda e qualquer ideal de sociedade, país ou cidade; daí poder-se falar de utopias urbanas.